

APRESENTAÇÃO

Esta edição do Jornal de Políticas Educacionais é concluída logo após recebermos a notícia dos resultados da avaliação de periódicos pela comissão da área de Educação na CAPES (Qualis/CAPES), que atribuiu ao JPE a qualificação como B2, colocando este periódico em um grupo de revistas acadêmicas com reconhecida qualidade e importância para a divulgação dos resultados das investigações científicas. E isto expressa um dos nossos objetivos originais: produzir um periódico que se apresentasse como um canal de ampliação da divulgação do conhecimento na área das políticas educacionais e que fosse reconhecido pela área por esse seu esforço. Assim, a avaliação feita pela comissão da área nos deixa muito orgulhosos e com a certeza de que estamos cumprindo os objetivos para os quais esta revista foi instituída.

Neste número, trazemos seis artigos das diferentes partes do Brasil e América Latina, os quais tematizam diversos objetos do campo das políticas educacionais. No primeiro texto, os colegas da Universidad de Talca, Chile, Jorge Alarcon, Emma Johnston e Claudio Frites-Camilla, apresentam e analisam o período pós-ditatorial no Chile e suas relações com a educação. O artigo confirma a ideia de que o Chile se constituiu neste período como uma “democracia dos acordos”, focada no esvaziamento da política. A educação chilena sofreu impactos fortes desse modelo, especialmente no que tange à própria noção de direito à educação.

O artigo seguinte também trata de uma temática internacional. De autoria de Armando Daros Jr., o trabalho traz os resultados de uma investigação acerca das relações entre Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Tomando os casos de programas de avaliação de resultados escolares, como o PISA e o TALIS, o autor evidencia como os organismos internacionais, a OCDE e a UNESCO, em especial, têm incentivado a constituição e/ou adoção de políticas de avaliação educacional, sem maiores contextualizações. Com isto, o texto indica um significativo alinhamento dos programas avaliativos aos interesses da atual configuração do modo de produção capitalista visto que a melhoria dos índices brasileiros coloca o país no rol dos países economicamente atrativos aos investimentos futuros.

O terceiro artigo versa sobre a temática do planejamento educacional. Jhonatan Uelson Pereira Sousa de Almada faz uma leitura da produção teórica de autores que escreveram sobre planejamento educacional e apresenta uma crítica à classificação das concepções de planejamento educacional existente. O artigo ainda apresenta uma forma de organização da temática a partir dos critérios de posicionamento frente ao modo de produção capitalista. As conclusões do artigo mostram que a produção acadêmica sobre a temática apresenta concepções reformistas e progressistas quando se as observa diante do modelo econômico vigente, e concepções produtivistas, utilitaristas e autonomistas quando são analisadas diante do papel atribuído à educação. O autor conclui chamando a atenção para a necessidade de se romper com as concepções prevalentes e construir outra concepção de planejamento educacional que possa contribuir para uma educação pública, estatal, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Os dois artigos na sequência tratam de políticas para a educação infantil. No primeiro deles, Jaqueline dos Santos Oliveira trata de discutir o crescimento da adoção de parcerias e convênios para a oferta da educação infantil em um conjunto de municípios do estado de São Paulo. O texto apresenta e faz considerações sobre as condições jurídicas e administrativas para o estabelecimento das parcerias entre a administração pública municipal e entidades privadas. A autora observa que há diferentes modalidades de parceria entre o setor público e o privado presente em diferentes documentos legais, mas, mesmo com modelos distintos, há fortes evidências de que a privatização da educação infantil pública é crescente na região.

O artigo seguinte, de autoria de Caroline Machado Cortelini Conceição, toma as políticas para a infância, entre as décadas de 1970 a 1990, como objeto de estudos. Assim, o texto realiza tal análise tomando como referência três períodos na história da educação infantil: a) o regime militar e o projeto de educação alinhado aos organismos internacionais; b) a educação infantil em tempos de abertura política no país; c) a Reforma do

Estado e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Na leitura das políticas nesses períodos, o trabalho problematiza como o direito à educação se estabelece no âmbito da educação infantil e conclui apontando que os resultados dos delineamentos efetuados na educação infantil desde a década de 1970 podem ser percebidos nos impasses ainda presentes na área e o direito da criança pequena à educação como integrante do direito de cidadania foi conquistado legalmente, no entanto, ainda não foi plenamente efetivado.

Por fim, temos o artigo de Fernando Garcez, que discute a revitalização da política nacional do livro didático (PNLD). O autor avalia que esse programa sofreu uma mudança brusca, em 1995, por ocasião da reforma do estado brasileiro. De acordo com este momento histórico, foi dado ao programa um sentido de regulação que atende interesses diversos, do Estado e do mercado, ainda que em proporções um tanto diversas.

Esperamos que esses artigos se somem ao esforço que vimos fazendo e que corroboram com aqueles objetivos mencionados linhas acima, de socialização com qualidade da produção acadêmica do campo das políticas educacionais.

Boa leitura a todos!

Ângelo Ricardo de Souza